

CORREIO PAULISTA

Divulgação/Alesp



Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp)

Emendas ao PLOA destinam recursos à moradia em SP

O deputado estadual Luiz Claudio Marcolino apresentou duas emendas ao PLOA 2026 que somam R\$ 23 milhões para ações de habitação de interesse social. A proposta destina R\$ 13 milhões à regularização fundiária no litoral, Grande São Paulo e capital, com apoio técnico e jurídico às prefeituras. Outros R\$ 10 milhões serão aplicados em infraestrutura de projetos habitacionais em seis cidades do interior, que somam cerca de 1.000 moradias. As emendas buscam auxiliar municípios na execução de obras essenciais, como saneamento, drenagem e pavimentação, garantindo condições para ampliar o acesso à moradia digna a famílias de baixa renda.

Mercado Municipal de Guaratinguetá

A Secretaria de Turismo e Viagens de SP entregou, na sexta-feira (5), a reforma do Mercado Municipal e do Amarradouro de Guaratinguetá. As obras, em duas fases, incluíram recuperação de pisos, bancadas, salas, sanitários, pintura e acessibilidade, com investimento total de R\$ 4,95 milhões, sendo R\$ 3,3 mi do Estado e R\$ 1,9 mi do município. A ação valoriza o patrimônio histórico e fortalece o turismo religioso e cultural da cidade.

Divulgação/Assessoria



Deputada estadual participa de anúncio

Novo protocolo nas rodovias

A deputada estadual Solange Freitas (União) participou da apresentação de um protocolo para bloqueios prolongados no Sistema Anchieta-Imigrantes, anunciado em 3/12 pela PMRV e pela Ecovias. A medida define três níveis de resposta, com ações que vão de sinalização emergencial à oferta de água, alimentação e transporte alternativo. O protocolo foi desenvolvido após acidente que fechou a Via Anchieta por quase 12 horas em março. Autoridades destacaram a cooperação entre poder público e concessionária.

Devolução de objetos perdidos

A 2ª Vara da Fazenda Pública de Guarulhos publicou edital para a devolução de mais de 17 mil itens achados, perdidos ou abandonados no Aeroporto de Guarulhos entre abril de 2019 e outubro de 2020. Os objetos estão no galpão do Fundo Social (Alameda Tutóia, 534 – Gopoúva) e podem ser verificados até 29 de janeiro de 2026. Interessados devem contatar fundosocial@guarulhos.sp.gov.br ou (11) 97213-9264.

Bom Prato

A SEDS abriu chamamento para Organizações da Sociedade Civil (OSCs) interessadas em gerir a nova unidade do Bom Prato em São Vicente. O equipamento oferecerá 600 almoços e 300 cafés da manhã diariamente, com refeições balanceadas a preços simbólicos (R\$ 1,00 o almoço e R\$ 0,50 o café). Inscrições até 10/12.

Teatro ensina

A CGE-SP lança nesta segunda-feira (8) o projeto Integridade em Cena, voltado a alunos do ensino fundamental da rede estadual. A iniciativa usa teatro para abordar ética, cidadania e participação social. Serão três sessões nos dias 8 e 9 de dezembro, no Teatro Fernando Azevedo, com cerca de 150 estudantes por apresentação.

Destaque global

A USP manteve pelo segundo ano consecutivo o 5º lugar no ranking mundial de sustentabilidade UI GreenMetric e lidera entre as universidades da América Latina. O levantamento de 2025 reuniu 1.745 instituições de 105 regiões. O ranking avalia 58 indicadores em seis dimensões, como energia, água, resíduos e educação.

Legado feminino

A deputada estadual Dani Alonso (PL) recebeu, na quarta-feira (3), o título de “Personalidade que faz a Diferença no Legado Feminino”, concedido pela Fundação Brasileira de Marketing durante o almoço da Premiação Marketing Strategy Women's Legacy 2025. Dani Alonso foi destacada por sua trajetória no empreendedorismo e política.

Expansão turística

O estado ganhou oito novas Estâncias Turísticas após a aprovação unânime de dois projetos de lei pela Alesp. Os municípios promovidos são Tatuí, Jaú, Botucatu, Guararema, Sertãozinho, Buritama, Apiaí e Barra do Turvo, elevando para 78 o número de estâncias. A expansão foi possível com o PL 1.273/2025.

Pátio logístico

O Porto de São Sebastião autorizou a operação de uma nova Área de Apoio Logístico Portuário (AALP), administrada pela JTLOG Parking Logística, após aprovação unânime da comissão de credenciamento. O pátio, a 17,4 km do terminal, tem capacidade para 153 caminhões e integra o sistema obrigatório de triagem.



Federação pede clareza entre normas de comércio e tributos

Fecomercio propõe ajustes no comércio exterior

Entidade entrega, ao Senado, propostas de modernização

Por Ana Laura Gonzalez

Regimes e estruturas

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) encaminhou ao Senado Federal um conjunto de propostas para aprimorar o Projeto de Lei (PL) 4.423/2024, que estabelece um novo marco legal para o comércio exterior brasileiro. A entidade considera que o texto pode fortalecer a competitividade do país e ampliar sua participação nas cadeias globais de valor, mas aponta a necessidade de ajustes para garantir maior segurança jurídica, menos burocracia e condições adequadas para empresas de todos os portes. As recomendações foram elaboradas por Augusto Oliveira, especialista em Direito Aduaneiro e membro do Conselho de Relações Internacionais da FecomercioSP.

Princípios gerais

A Federação defende que o projeto esclareça os limites entre normas de comércio exterior e questões tributárias, que devem ser tratadas separadamente. Também sugere a inclusão de princípios como continuidade dos serviços aduaneiros, tratamento diferenciado para micro e pequenas empresas (MPEs) e valorização dos despachantes.

Entre as propostas, está a criação de um capítulo específico para estabelecer direitos dos operadores e deveres da administração aduaneira, incluindo prazos razoáveis, tratamento isonômico e aplicação de sanções quando o Estado descumprir obrigações administrativas.

A FecomercioSP recomenda a reformulação das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs), com critérios técnicos mais claros para criação e manutenção dessas áreas, além da utilização de novas tecnologias de controle e monitoramento. O documento sugere regras claras para a destinação de mercadorias importadas com defeito ou fora das especificações, incluindo reexportação, substituição ou destruição, com isenção ou devolução de tributos. Quanto às penalidades, a Federação propõe a substituição do perdimento em infrações tributárias por multas proporcionais, além do reconhecimento do “erro escusável” e do princípio da segunda chance, permitindo que empresas regularizem situações de baixo impacto sem punições severas imediatas.

A FecomercioSP destaca a importância de alinhar o projeto aos artigos 170 e 179 da Constituição para garantir tratamento especial às MPEs e estimular sua inserção em cadeias globais de valor. Entre as sugestões estão simplificação das habilitações, regras próprias para empresas comerciais exportadoras e despachantes, e a instituição de um regime simplificado de importação indireta centralizado na Declaração Única de Importação (Duimp), que unificaria modalidades e reduziria burocracias. A Federação também defende o princípio “menos burocracia, mais Brasil no mundo”.